

**Embrapa****Uva e Vinho**Alexandre Hoffmann  
Pesquisador, chefe-adjunto  
de Transferência de Tecnologia

## Vinhos coloniais: o que há de novo no assunto

A Embrapa Uva e Vinho trabalha com toda a cadeia vitivinícola no Brasil, independente de sua escala ou grau de evolução. Um dos segmentos que, tradicionalmente, integra essa cadeia são os chamados vinhos coloniais ou artesanais. Por essa razão, a Unidade vem atuando no apoio à qualificação tecnológica de produtores e também no apoio técnico para o ajuste na legislação, visando tornar viável a regulamentação da produção, que, embora seja em pequena escala, deve atender aos padrões exigidos em lei e ofertar um produto de qualidade ao consumidor.

Há uma ligação íntima entre os vinhos coloniais e a história da vitivinicultura brasileira, cuja evolução tecnológica e comercial, todavia, não impediu que muitos continuassem a produzir o seu vinho, que, pela sua tipicidade, elaboração em escala artesanal e forte ligação com a cultura regional, passou a ser conhecido como 'vinho colonial'. Até hoje, o produto é muito procurado pelos consumidores, representando um importante fator de geração de renda na agricultura familiar e um estimulador das rotas enoturísticas. O problema começa quando o produtor vai comercializar o vinho, pois é necessário que sua vinícola seja registrada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A falta de uma legislação específica para os vinhos coloniais trouxe à tona um problema importante. E ele precisa ser tratado com atenção pelas autoridades e instituições, de modo a assegurar que o produtor atenda à lei e possa elaborar seu produto tranquilamente, e que o consumidor possa ter a certeza de que está consumindo um produto de qualidade.

O que há de novo no assunto é que a discussão sobre ele está muito forte. Dois projetos de lei, de autoria dos deputados federais pelo Rio Grande do Sul Pepe Vargas (atual Ministro do Desenvolvimento Agrário) e Onyx Lorenzoni (DEM), foram propostos. Os projetos visam criar uma identidade legal para os vinhos coloniais. Ao mesmo tempo, em função de um projeto de qualificação da produção de vinhos coloniais em Bento Gonçalves, ficou claro que havia necessidade de discutir o aspecto legal desse segmento. Foi aí que um grupo de trabalho surgiu e vem discutindo o assunto. Ele é composto por Embrapa, MAPA, Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), Emater-RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Centro Ecológico e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural. O grupo tem sido um importante suporte para ver o que há e o que precisa ser feito quanto a essa legislação. Dois encontros foram realizados em Bento Gonçalves, com uma participação de mais de cem pessoas em cada, para tratar do assunto, o que demonstra o grande interesse de produtores, técnicos e lideranças. Mais recentemente, um encontro em Brasília permitiu avançar na elaboração de uma proposta que integra os projetos de lei já existentes com ideias discutidas pelo MAPA. Espera-se que, até o final de 2012, tenha-se a proposta aprovada no Congresso. Depois, ela precisará ainda ser regulamentada, para entrar em vigor. De qualquer forma, é uma proposta que poderá trazer um grande benefício para os produtores e para a vitivinicultura em geral, sem significar que os vinhos coloniais tornar-se-ão competidores com os demais produtos, mas sim que serão um integrante a mais da diversificada cadeia vitivinícola brasileira.





*Seminário técnico sobre vinhos coloniais, realizado na  
Embrapa Uva e Vinho, em 18 de maio de 2012.*